

**Arquivo Municipal de Lisboa. (2022).
*Catálogo do Fundo Francisco Keil do
Amaral*. Arquivo Municipal de Lisboa,
Câmara Municipal de Lisboa. [https://
arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/
arquivo_municipal/difusao/publicacoes/
catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_
do_Amaral.pdf](https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf)**

por ANA CÉLIA NAVARRO DE ANDRADE

Presidente da ARQ-SP

Associação de Arquivistas de São Paulo

anacelia.navarro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1191-484X>

O Arquivo Municipal de Lisboa, conforme descrito em seu sítio na internet, tem como missão “recolher, guardar, tratar, preservar e divulgar a documentação relativa à memória da cidade”. Esta última, de acordo com Bellotto (2004, p. 227), “embora secundária, é a [atividade] que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade”. Isso porque os serviços editoriais, de difusão cultural e de ação educativa aproximam o arquivo da sociedade, independentemente do uso que se fará do acervo. E nesse quesito é evidente que o Arquivo Municipal de Lisboa vem cumprindo sua missão com maestria ao publicar seus instrumentos de pesquisa.

Segundo Bellotto (2004, p. 180), esses instrumentos são verdadeiras obras de referência, que identificam, resumem e localizam os fundos, as séries e os itens documentais existentes nos arquivos permanentes, que devem “estar munidos de um retrato credível de seu acervo, o que é conseguido através dos respectivos meios de busca” (*ibidem*, p. 175). Estes são o produto do processo de descrição, função permanente nos arquivos de custódia; são as vias de acesso que levam o pesquisador diretamente aos

documentos primários de seu interesse. Mas, a elaboração de instrumentos de pesquisa não é tarefa fácil, uma vez que demandam precisão e completude para apresentar todas as possibilidades de uso e aplicação do acervo descrito e, assim, satisfazer aos pesquisadores.

Entre os diversos instrumentos de pesquisa publicados pelo Arquivo Municipal de Lisboa, encontra-se disponível em seu portal o *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral (FKA)*.

Este fundo, de origem privada, é composto prioritariamente por projetos desenvolvidos pelo renomado arquiteto português no decorrer de sua vida profissional, contando, também, com documentos de cunho pessoal. O acervo foi doado pelos familiares de Francisco Keil do Amaral nos anos 2001 e 2002. Após ser objeto de inventário para a identificação dos referidos projetos, a documentação passou por minucioso estudo e tratamento arquivístico completo, que incluiu a reformulação do quadro de arranjo do fundo, a realização de trabalhos de conservação e, eventualmente, de restauro; a revisão e a validação dos registros descritivos anteriormente elaborados; e, para finalizar, os documentos foram digitalizados e disponibilizados para consulta no portal do Arquivo Municipal.

A publicação do Catálogo complementa de forma exemplar o ciclo de atividades típicas dos arquivos de custódia, tão bem desenvolvido pela equipe técnica do Arquivo Municipal de Lisboa, permitindo o acesso às informações contidas no fundo FKA e divulgando o relevante trabalho de um dos mais importantes e premiados arquitetos portugueses do século XX, assim como parte da história da arquitetura moderna de Portugal. Vale destacar que a realização de todas essas ações só foi possível devido ao comprometimento do Arquivo Municipal de Lisboa com sua missão de preservar e divulgar a documentação relativa à memória da cidade, independentemente da proveniência da documentação recolhida. Como consequência direta, além de realizar o tratamento e a preservação de um arquivo pessoal de direito privado, apresenta informações com grande potencial temático para pesquisadores locais, nacionais e estrangeiros, de diversas áreas, como, arquitetos, urbanistas, engenheiros, historiadores, arquivistas, entre outros. Incentiva, também, a doação de arquivos similares e, principalmente, serve de exemplo para outros arquivos públicos de Portugal e de outros países, especialmente de língua portuguesa.

O Catálogo foi elaborado de acordo com o padrão definido pela equipe técnica do Arquivo Municipal de Lisboa para os instrumentos de pesquisa publicados pela instituição a partir de 2020, utilizando o formato proposto pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G),

obedecendo, também, às Orientações para a Descrição Arquivística – ODA, produzidas pelo Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo, da Direção-Geral de Arquivos (Portugal).

A publicação, em formato PDF, apresenta em suas páginas iniciais pequena *Nota introdutória* padronizada, que informa ao leitor a missão institucional, a relevância do acervo e a necessidade de “desenvolver e disponibilizar instrumentos de descrição documental adequados, para pesquisa e acesso à informação” (Arquivo Municipal de Lisboa, 2022). Em seguida, o tópico *Catálogo de Documentos* descreve, de forma sucinta, o fundo Francisco Keil do Amaral e o tratamento arquivístico dispensado à documentação, destacando a importância do produtor do arquivo para a arquitetura nacional.

O Catálogo traz, ainda, a *Lista de abreviaturas e siglas* utilizadas no instrumento, seguido do *Quadro de Classificação Documental*, ou quadro de arranjo do fundo FKA, proporcionando a correlação entre os documentos e suas respectivas *séries*. Aqui vale uma observação a respeito do processo de descrição realizado em diferentes países. Por mais que o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) entenda que a padronização dos registros descritivos por meio da ISAD(G), ou de suas versões nacionais como a NOBRADE¹, se faça urgente e necessária, tanto para a ampliação do acesso à informação, quanto para a informatização dos diversos tipos de instrumentos de pesquisa, existem diferenças que são anteriores à descrição e dizem respeito à terminologia arquivística praticada em cada país. O *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral* é um bom exemplo dessas diferenças ao ser comparado a instrumentos semelhantes produzidos no Brasil.

O uso do termo *série* para definir o primeiro nível de documentos do fundo FKA chama imediatamente a atenção, uma vez que, no Brasil, *série* compreende a “sequência de unidades de um mesmo tipo documental”, como, por exemplo, requerimentos de construção; enquanto *dossiê* é a “unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica” (Camargo & Bellotto, 2012).

Neste sentido, de acordo com a terminologia arquivística brasileira, os conjuntos definidos no Catálogo como *séries* poderiam ser classificados como *dossiês*. No entanto, o referido instrumento foi elaborado de acordo com a terceira edição da ODA, que define *série* como o

conjunto de documentos organizados de acordo com um sistema de arquivagem e conservados como uma unidade, por resultarem de um

¹ Norma brasileira de descrição arquivística.

mesmo processo de acumulação, do exercício de uma mesma atividade, por terem uma tipologia particular, ou devido a qualquer outro tipo de relação resultante do processo de produção, recepção ou utilização (2011, p. 76).

O mesmo ocorre com *documento composto* e *documento simples*, por não serem utilizados no Brasil com frequência, não constando, inclusive, dos principais dicionários de terminologia arquivística publicados no país. Em Portugal, ambos integram a lista dos níveis de descrição, na qual *documento simples* é definido como a menor unidade arquivística intelectualmente indivisível, equivalendo ao item ou à peça documental no Brasil; enquanto o conceito de *documento composto* é semelhante à definição brasileira de *dossiê*. “Documento composto é a unidade organizada de documentos, agrupados quer para utilização corrente pelo seu produtor, quer no decurso da organização arquivística, por se referirem a um mesmo assunto, atividade, transação ou tramitação própria” (ODA, 2011, p. 77).

Conclui-se, portanto, que não basta utilizar um formato padronizado de instrumentos de pesquisa para promover integralmente o acesso à informação. Seria preciso, também, acabar com as diferenças terminológicas existentes tanto na teoria quanto na prática arquivística dos diversos países, inclusive daqueles que falam o mesmo idioma, como é o caso da língua portuguesa. Mas essa, sem dúvida, é uma missão quase impossível, pois a falta de consenso entre os profissionais de arquivo pode existir até mesmo no interior de uma instituição².

No caso do Catálogo, essa situação foi minimizada com a indicação dos materiais normativos adotados, e por consequência, dos conceitos utilizados no decorrer do processo descritivo, no campo *Regra(s) ou convenção(ões)*.

As *séries* do fundo FKA correspondem, em sua maior parte, a *projetos de arquitetura* desenvolvidos pelo titular do arquivo ao longo de sua vida profissional. Segundo Ferreira (2021, p. 11), entende-se por projetos de arquitetura ou projetos arquitetônicos, os “conjuntos de documentos textuais e iconográficos que, relacionados à representação do processo de organização do espaço, correspondem à etapa intermediária entre a ideia e o espaço construído”.

Em outras palavras, são *documentos compostos* ou *dossiês* constituídos por documentos organicamente relacionados, independentemente de gênero, espécie e forma, necessários para a concretização de uma ideia.

² Comentário do Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo (nota 38) a respeito dos níveis de descrição considerados nas *Orientações...* (ODA, 2011, p. 76).

Esse é o caso das *séries*:

SR 01 – Parque florestal de Monsanto, Lisboa

SR 02 – Parque Eduardo VII, Lisboa

SR 03 – Jardim do Campo Grande, Lisboa

SR 04 – Metropolitano de Lisboa

SR 05 – União Elétrica Portuguesa

Em cada um desses conjuntos foram reunidos documentos, como plano geral, plantas, desenhos, correspondência e fotografias, referentes aos equipamentos que integram os projetos arquitetónicos que dão nome às *séries*. Esses equipamentos, por sua vez, são classificados como *documentos compostos*.

Cada uma das *séries* do intervalo entre SR 06 – *Arquitetura habitacional* e SR 17 – *Equipamentos turísticos, de lazer e recreio*, reúne projetos de arquitetura que correspondem à mesma temática; enquanto a série SR 18 – *Equipamentos e mobiliário urbano e de escritório* é constituída por documentos que apresentam outras habilidades de Francisco Keil do Amaral, voltadas para a confecção de objetos, como, por exemplo, lanternas de candeeiros, mesas e cadeiras de escritório. A última *série* do fundo (SR 19), denominada *Documentação particular*, é constituída por quatro *coleções* de documentos e/ou publicações acumulados pelo titular, a saber: estudos; fotografias, artigos e anúncios de jornais; revistas e brochuras.

As *séries* (SR) são constituídas por *documentos simples* (DS) e *documentos compostos* (DC), os *dossiês* temáticos. Tanto as *séries* quanto os documentos e as *coleções* (COL) receberam um código de identificação, formado pela respectiva sigla e acompanhado por um número crescente sequencial, independentemente da sigla utilizada. No caso dos documentos, a numeração reinicia em 001 a cada *série*.

O processo descritivo do fundo Francisco Keil do Amaral obedece ao padrão ISAD(G) de descrição multinível, começando do geral e descendo para o particular.

O Catálogo foi ricamente ilustrado com imagens do próprio acervo, estrategicamente posicionadas no início dos principais níveis de descrição (*fundo* e *séries*), atuando como separação dos conjuntos documentais. Em seguida, os elementos de descrição foram todos dispostos um abaixo do outro, sem contar com a identificação das respectivas áreas ou zonas a que se referem, existentes na ISAD(G).

A descrição do nível *fundo* apresenta os seguintes elementos: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); história administrativa/biográfica; história custodial e

arquivística; fonte imediata de aquisição e transferência; âmbito e conteúdo; ingresso(s) adicional(ais); sistema de organização; condições de acesso; condições de reprodução; idioma(s) e escrita(s); características físicas e requisitos técnicos; instrumentos de descrição; existência e localização de cópias; unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora); unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras); fontes e bibliografia; nota de publicação; notas; regra(s) ou convenção(ões).

Apenas por curiosidade, os nomes dos elementos de descrição utilizados no Catálogo foram comparados com os da versão brasileira da ISAD(G), publicada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), no ano 2000. Verificou-se que a maioria dos termos utilizados possui a mesma denominação; quatro elementos sofreram ampliação em seus nomes: história arquivística = história custodial e arquivística; idioma(s) = idioma(s) e escrita(s); unidades de descrição relacionadas = unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora). O elemento procedência transformou-se em fonte imediata de aquisição e transferência; enquanto o campo incorporações passou a ser denominado ingresso(s) adicional(ais). Dois novos elementos foram incorporados: unidades de descrição relacionadas (noutras entidades detentoras); e, fontes e bibliografia. Quatro elementos não foram utilizados: avaliação, eliminação e temporalidade; existência e localização dos originais; nota do arquivista; data(s) da(s) descrição(ões); e dois utilizaram termos sinônimos: sistema de arranjo = sistema de organização; instrumentos de pesquisa = instrumentos de descrição.

A descrição geral do *fundo* foi seguida pela descrição das *séries* com seus respectivos *documentos* (DC e DS) e *coleções* (COL). Para as *séries* foram utilizados os seguintes elementos: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; âmbito e conteúdo; sistema de organização; idioma(s) e escrita(s); características físicas e requisitos técnicos; unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora); fontes e bibliografia; nota de publicação; notas. Já os *documentos* e as *coleções*, obedecendo rigorosamente à ordem apresentada no quadro de arranjo, utilizaram os elementos: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; âmbito e conteúdo.

O **Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral** é um convite para a consulta aos documentos que se encontram disponíveis na base de dados do portal do Arquivo Municipal de Lisboa. É um verdadeiro retrato do acervo, elaborado com rigor técnico e pesquisa apurada da vida e da obra do titular do arquivo, privilegiando os projetos desenvolvidos pelo arquiteto e, consequentemente, facilitando a busca dos pesquisadores pelos documentos primários de seu interesse.

Referências bibliográficas

- Arquivo Municipal de Lisboa. (2022). *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral*. https://arquivomunicipal.lisboa.pt/fileadmin/arquivo_municipal/difusao/publicacoes/catalogos/keil_amaral/catalogo_Keil_do_Amaral.pdf
- Arquivo Municipal de Lisboa. (2022). *Missão*. <https://arquivomunicipal.lisboa.pt/sobre-nos/quem-somos>
- Bellotto, H. L. (2004). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. (2.ª ed. rev. e ampl.). Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- Camargo, A. M. de A., & Bellotto, H. L. (Orgs.). (2012). *Dicionário de terminologia arquivística*. (3.ª ed.). Associação de Arquivistas de São Paulo.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2000). *ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística*. (2.ª ed.). Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
- Direção-Geral de Arquivos, Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2011). *Orientações para a descrição arquivística*. (3.ª ed.) Direção-Geral de Arquivos.
- Ferreira, M. C. B. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura – Orientações Técnicas*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.

